

ACESSIBILIDADE PARA IDOSOS EM ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO PARQUE DOM ANTÔNIO ZATTERA

JULIA BORN PUREZA¹; ITALO RODEGHIERO NETO²; DOUGLAS DE CASTRO
BROMBILLA³; CLARISSA CALDERIPE MONTELLI⁴;
ISABELA FERNANDES ANDRADE⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – jbornpureza@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – rodeghiero.hoe@gmail.com

³Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Rio Grande – douglasbrombilla@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – cissacal@yahoo.com.br

⁵Universidade Federal de Pelotas – acessiarq@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado refere-se ao projeto de pesquisa intitulado *Acessibilidade para Idosos em Espaços Livres Públicos*, que tem como objetivo propor recomendações de acessibilidade para espaços livres públicos considerando, principalmente, as necessidades espaciais dos idosos. Nesse resumo expandido tem-se o objetivo de apresentar os resultados referentes a avaliação das condições de acessibilidade do Parque Dom Antônio Zattera. Para situar o leitor no contexto da pesquisa, cabe salientar que serão apresentados neste momento somente os resultados atingidos a partir de um método em um dos espaços definidos para o desenvolvimento do estudo.

A Norma Brasileira de Acessibilidade – NBR-9050 (2015) indica que o termo “acessível”, está relacionado aos “espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa.”.

Dischinger et al. (2012) definem o conceito de acessibilidade espacial, compreendido como a condição do indivíduo de conseguir atingir um lugar desejado, mas também a possibilidade de “[...] compreender sua função, sua organização e relações espaciais, assim como participar das atividades que ali ocorrem.” (DISCHINGER, BINS ELY E PIARDI, 2012, p.28). Essas ações devem ser executadas em condições de segurança, conforto e autonomia.

A fim de compreender o conceito de acessibilidade espacial, Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012) definiram os componentes de acessibilidade espacial em quatro categorias: orientação espacial – relacionado à compreensão do ambiente, permite que o usuário possa se situar e se deslocar a partir de informações dispostas no ambiente; deslocamento – diz respeito às condições de livre fluxo e movimento, garantidas pelas características das áreas de circulação; uso – componente que garante a participação em atividades e a utilização de equipamentos, mobiliários e demais objetos disposto do ambiente por todas as pessoas; comunicação – corresponde a capacidade de interação entre os usuários e com o ambiente. A seguir são apresentados os ícones que representam cada componente (Figura 01).

Figura 01: Ícones que representam os componentes de acessibilidade



Fonte: Dischinger et al., 2012.

A relação entre a acessibilidade e o planejamento de espaços para uso dos idosos vem se tornando cada vez mais evidente, visto que, devido às mudanças fisiológicas provocadas pelo processo de envelhecimento, esses indivíduos apresentam tendência para desenvolver necessidades especiais e limitações no uso do espaço e equipamentos, que anteriormente não estavam acostumados. A partir do envelhecimento, estes apresentam perdas biológicas e funcionais, como da visão, da audição, alteração na postura, mobilidade, entre outros.

Tendo em vista que o idoso passou a se socializar, participar de grupos da terceira idade, frequentar clubes e viajar e que os espaços livres públicos exercem papel importante nesta questão, representando um grande potencial a ser explorado para atividades de lazer de usuários, incluindo os idosos, é de extrema importância estudos voltados a este tema. Cabe evidenciar que espaços livres são responsáveis por diferentes funções, sejam elas sociais – proporcionam lazer e geram a socialização dos indivíduos –, organizacionais – relacionadas ao desenho urbano –, ecológicas – áreas de proteção ambiental – e, por fim, culturais - fortalecem a identidade local (BINS ELY et. al, 2006).

Além dos idosos, vale lembrar que os espaços livres são de uso de todas as pessoas e, em função disso, as pessoas com deficiências também devem ser consideradas na concepção de projetos dessa natureza, eliminando-se as barreiras físicas que possam dificultar, ou até mesmo impedir, o acesso seguro a todos.

2. METODOLOGIA

Primeiramente, realizou-se revisão bibliográfica sobre o tema tratado, desenvolvida através do estudo e aprofundamento dos referenciais teóricos. Esta pesquisa bibliográfica foi desenvolvida, principalmente, com base em artigos publicados em eventos e periódicos, livros, dissertações e teses. Dentre os assuntos pesquisados, estão os conceitos que cercam a acessibilidade, a acessibilidade do idoso, áreas livres acessíveis, dados sobre as deficiências e, também, sobre o envelhecimento e espaços públicos.

Em seguida, aplicou-se o método denominado Visita Exploratória, que consiste em um primeiro contato com o objeto de estudo, no qual foi possível conhecer o ambiente de estudo e suas características, além de promover uma maior familiarização com o fenômeno investigado. Segundo Ornstein e Romero (1992, p. 23) este método é utilizado para “[...] analisar a funcionalidade do ambiente contruído, propiciando a indicação dos principais aspectos positivos e negativos do objeto de estudo”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO



A visita, realizada no Parque Dom Antônio Zattera – localizado no centro de Pelotas – ocorreu no mês de junho de 2016, em um dia de semana, no período vespertino, em condição climática agradável, com sol e temperatura amena. Observou-se no local um número significativo de usuários e a presença considerável de idosos.

Foram coletados dados através de levantamentos métricos e fotográficos, assim como registro de informações a partir do preenchimento de planilhas desenvolvidas a partir de normas (como a NBR9050/2015). Utilizou-se planilhas desenvolvidas por DISCHINGER et. al. (2012) para a avaliação das condições de

acessibilidade em edificações e uso público no Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público do Ministério Público de Santa Catarina. Para este levantamento de dados, utilizou-se três planilhas desenvolvidas por DISCHINGER et. al. (2012): 1 – Área de acesso ao edifício; 3 – Circulações Horizontais, e 6 – Locais para Atividades Coletivas.

Optou-se pela elaboração de uma tabela (Figura 02) para melhor organizar os dados coletados onde se analisa, para cada quesito identificado, sua conformidade ou não com as normas vigentes. Na coluna 1, apresenta-se o componente de acessibilidade analisado. Já na segunda, o(s) item(ns) da NBR 9050 (2015) a que se referem. Na terceira coluna expõem-se, de forma breve, a situação encontrada no local, por vezes, complementados com dados métricos levantados. Por fim, a última coluna, ilustra a situação analisada.

Figura 02 – Parte da tabela referente ao tratamento dos dados coletados na Visita Exploratória realizada no Parque Dom Antônio Zattera

ESTUDO DE CASO – DOM ANTÔNIO ZATTERA			
COMPONENTE	ITEM NORMA 9050/2015	OBSERVAÇÕES DO ESPAÇO	ILUSTRAÇÃO
	7.14.2	No parque, existe apenas um modelo de banco, que não possui dimensões adequadas. Esse modelo tem profundidade de 0,30 m, largura de 1,50 m e estão instalados a uma altura de 0,40 m do piso acabado, quando, de acordo com a NBR 9050, devem ser providos de encosto, ter profundidade mínima de 0,45 m, largura mínima de 0,70 m e ser instalados a uma altura de 0,46 m do piso acabado.	

Fonte: Os autores, 2016.

Devido ao número reduzido de páginas, é apresentada somente parte da tabela elaborada com os dados referentes à Visita Exploratória realizada.

O parque possui diversos atrativos ao público, como pista de skate, parque de diversões com brinquedos elétricos, quadra de esportes e brinquedos simples, como balanços e gangorras. Além disto, existe uma escola dentro de seu perímetro, que se encontra em reforma, e a Academia Pelotense de Letras. O parque conta, ainda, com diversos monumentos e estátuas, sendo o Altar da Pátria o mais conhecido. Através da metodologia aplicada pode-se notar que, em geral, o Parque não se encontra em condições adequadas e acessíveis, visto que, os componentes analisados, em grande parte, não se apresentam de acordo com as normas, impossibilitando o uso irrestrito a todas as pessoas, com deficiência ou não.

Os resultados apresentados na tabela explicitam que, dos componentes analisados, apenas uma pequena parcela cumpre as normas de acessibilidade, o que é considerado insatisfatório. Com a avaliação pode-se afirmar que as áreas de circulação do Parque apresentam um grande número de desconformidades, pois não apresentam piso regular, firme e estável, dificultando ou por vezes impossibilitando que o usuário em cadeira de rodas possa circular de forma segura. A ausência de sinalização tátil nas áreas de circulação e no entorno de equipamentos, mobiliários e objetos, indicando obstáculos, prejudica a autonomia e segurança das pessoas com deficiência visual. Os mobiliários analisados –

como bancos, lixeiras e telefone público – não possuem dimensões adequadas conforme parâmetros mínimos estabelecidos em norma, e desta forma, não garantem o uso por todas as pessoas e a aproximação de pessoas em cadeira de rodas, por exemplo.

Pretende-se, na sequência da pesquisa, aplicar outros quatro métodos neste parque: o mapa comportamental, o passeio acompanhado, o *Walkthrough* e a entrevista semiestruturada (incluindo a técnica conhecida como poema dos desejos). Essa abordagem multimétodos garante uma abrangência superior dos resultados, além de gerar um importante confronto entre estes e, assim, uma maior discussão.

4. CONCLUSÕES

A aplicação do método propiciou conhecer melhor o ambiente de estudo e algumas de suas características.

O estudo realizado até o momento destaca os aspectos limitantes dos espaços livres públicos para o uso de idosos (em especial) e pessoas com deficiências. Desta forma, há necessidade de melhorias nos espaços públicos para que estes se tornem acessíveis a todos.

Com a aplicação de outros métodos futuramente, espera-se coletar um maior número de dados e, assim, chegar a maiores conclusões e resultados, como a proposição de recomendações para os espaços livres públicos analisados. Ao final da pesquisa, pretendem-se apresentar a Prefeitura Municipal de Pelotas os dados alcançados com este trabalho.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BINS ELY, V.H.; SOUZA, J.C; DORNELES, V.G; KOELZER, M.P; WAN-DALL JUNIOR, O.A. **Acessibilidade e inclusão em espaços livres públicos**. In: Anais do ENTAC, 2006.

ORNSTEIN, S.W., ROMERO, M. (colaborador). **Avaliação Pós-Ocupação (APO) do Ambiente Construído**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

DORNELES, V.G, BINS ELY, V.H.M. Áreas Livres Acessíveis para Idosos. **Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 22, p. 299 - 308, 2006.

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V.M; PIARDI, S. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público**. Florianópolis, 2012.